



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) para apurar informações relacionadas ao sigilo imposto sobre os telegramas diplomáticos envolvendo os irmãos Joesley e Wesley Batista e seus negócios na Venezuela.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX.^a, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, informações ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) as seguintes informações relacionadas ao sigilo imposto sobre os telegramas diplomáticos envolvendo os irmãos Joesley e Wesley Batista e seus negócios na Venezuela:

Questionamentos

1. Quais foram os critérios específicos utilizados para classificar os telegramas diplomáticos sobre os irmãos Batista como sigilosos por cinco anos?
2. Quem foram os participantes da reunião entre autoridades brasileiras e o ministro de Petróleo da Venezuela, Pedro Tellechea, mencionada nos documentos?
3. Quais assuntos foram tratados na reunião com a PDVSA em fevereiro de 2024?
4. Qual foi o papel desempenhado pela embaixadora Glivânia Maria de Oliveira na condução das negociações envolvendo o grupo J&F na Venezuela?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

5. O governo brasileiro ofereceu algum tipo de apoio institucional ou logístico aos irmãos Batista ou às empresas J&F, JBS e Âmbar Energia na Venezuela? Se sim, quais foram os detalhes desse apoio?
6. Houve algum envolvimento direto ou indireto do Ministério de Minas e Energia nas negociações realizadas pela Âmbar Energia para a compra de energia elétrica da Venezuela?
7. Quais foram os impactos econômicos e diplomáticos das negociações realizadas pelos irmãos Batista na Venezuela para o Brasil?
8. Existe algum registro de pagamentos ou acordos financeiros realizados entre empresas brasileiras e a PDVSA ou outras entidades venezuelanas durante o período coberto pelo sigilo?
9. Por que outros documentos relacionados ao regime de Nicolás Maduro também receberam classificação de sigilo pelo governo brasileiro? Há relação entre esses casos e os negócios dos irmãos Batista?
10. Qual é a justificativa para que informações sobre figuras empresariais com histórico de corrupção reconhecido sejam mantidas fora do escrutínio público por tanto tempo?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 06/03/2025 17:08:34.313 - Mesa

RIC n.686/2025

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação de informações ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) visa garantir a transparência e a clareza nas ações diplomáticas adotadas pelo Brasil sobre o sigilo imposto pelo Itamaraty em telegramas diplomáticos relacionados aos negócios dos irmãos Batista na Venezuela é de suma importância para o exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo e para a garantia da transparência nas relações internacionais do Brasil. Este documento visa esclarecer questões cruciais sobre possíveis irregularidades e conflitos de interesse que podem afetar diretamente a credibilidade das instituições brasileiras e a condução da política externa nacional.

A imposição de sigilo por cinco anos em documentos que tratam de negociações envolvendo empresários com histórico controverso levanta sérias preocupações sobre a transparência governamental. É fundamental compreender os critérios utilizados para classificar essas informações como sigilosas, pois tal decisão pode potencialmente ocultar atos ilícitos ou prejudicar a necessária fiscalização parlamentar. A sociedade brasileira tem o direito de conhecer os motivos que levaram à restrição do acesso a esses dados, especialmente considerando o contexto de figuras empresariais já envolvidas em casos de corrupção.

O conteúdo dos telegramas diplomáticos em questão pode revelar detalhes importantes sobre as relações entre o Brasil e a Venezuela, um país que enfrenta uma grave crise política e econômica. Entender o teor das negociações e o papel desempenhado por autoridades brasileiras nesse processo é crucial para avaliar se os interesses nacionais estão sendo devidamente protegidos. Além disso, é necessário esclarecer se houve qualquer tipo de favorecimento indevido ou uso inadequado de recursos públicos para beneficiar interesses privados.

A atuação da embaixadora brasileira em Caracas e de outros representantes do governo brasileiro nessas negociações merece um exame minucioso. É preciso





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 06/03/2025 17:08:34.313 - Mesa

RIC n.686/2025

determinar se houve algum tipo de apoio institucional ou logístico oferecido aos irmãos Batista ou às suas empresas, e se tal apoio estava em conformidade com as práticas diplomáticas e legais. A clareza sobre esses pontos é essencial para manter a integridade das relações diplomáticas do Brasil e evitar possíveis conflitos de interesse.

As implicações econômicas dessas negociações para o Brasil não podem ser subestimadas. O setor energético, em particular, pode ser significativamente afetado por acordos firmados com a Venezuela. É imperativo compreender os possíveis impactos dessas transações na economia brasileira e se elas atendem ao interesse público. A transparência nessas questões é fundamental para garantir que as decisões tomadas beneficiem a nação como um todo e não apenas interesses particulares.

O histórico de corrupção associado aos irmãos Batista torna ainda mais premente a necessidade de escrutínio rigoroso sobre suas atividades internacionais. A sociedade brasileira, ainda marcada pelos escândalos de corrupção recentes, demanda vigilância constante para evitar a repetição de práticas que prejudicaram severamente a imagem do país e causaram enormes prejuízos aos cofres públicos. O sigilo imposto sobre esses documentos pode ser interpretado como uma tentativa de evitar esse escrutínio necessário.

A recorrência de casos de sigilo envolvendo temas relacionados à Venezuela suscita questionamentos sobre a coerência e a transparência da política externa brasileira. É crucial entender se há uma justificativa plausível para esse padrão de restrição de informações ou se isso representa uma tendência preocupante de ocultação de fatos relevantes para o interesse público. A clareza sobre esses pontos é essencial para manter a confiança da população nas instituições democráticas e na condução das relações internacionais do país.

O papel do Ministério de Minas e Energia nas negociações realizadas pela Âmbor Energia para a compra de energia elétrica da Venezuela também precisa ser elucidado. É fundamental compreender se houve alinhamento entre as ações desse ministério e as negociações conduzidas por entes privados, e se todos os procedimentos legais e éticos foram rigorosamente seguidos. A transparência nesse aspecto é crucial





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

para evitar qualquer suspeita de favorecimento ou irregularidade na condução de políticas energéticas que afetam diretamente a população brasileira.

A existência de possíveis pagamentos ou acordos financeiros entre empresas brasileiras e entidades venezuelanas durante o período coberto pelo sigilo é outro ponto que merece atenção especial. Dada a complexidade da situação política e econômica na Venezuela, é imperativo garantir que todas as transações financeiras tenham sido realizadas dentro dos marcos legais e éticos, respeitando as sanções internacionais e os interesses nacionais do Brasil. A clareza sobre esses aspectos é fundamental para evitar que o país se envolva, mesmo que indiretamente, em práticas questionáveis ou ilegais.

Por fim, é essencial compreender por que informações sobre figuras empresariais com histórico de corrupção reconhecido estão sendo mantidas fora do escrutínio público por tanto tempo. A transparência é um pilar fundamental da democracia e do Estado de Direito. Manter em sigilo informações de interesse público, especialmente quando envolvem atores com passado controverso, pode minar a confiança nas instituições e alimentar suspeitas de favorecimento ou encobrimento de atos ilícitos. É dever do Poder Legislativo, como representante do povo, buscar esclarecimentos e garantir que o interesse público prevaleça sobre interesses particulares.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa com o interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das sessões, em 28 de janeiro de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

